

Nacional

Afectada por doença da mosca

África do Sul e Zâmbia banem importação de fruta moçambicana

O Zimbabwe era até agora o único país na região a fechar as suas fronteiras para a manga, banana e lichia (litch em inglês) produzidas nas províncias de Centro de Moçambique

Cláudio Saúte

As frutas produzidas em Moçambique andam contaminadas com a chamada 'mosca da fruta' e os países vizinhos estão a negar a sua entrada em seus territórios. Primeiro foi Zimbabwe a banir a fruta moçambicana do seu território. Mais recentemente a África do Sul e Zâmbia, acabam de tomar medida semelhante. A fruta em causa é produzida abundantemente na província de Manica, no centro do país. Neste momento, o mercado alternativo encontrado é a região do Golfo, na Ásia.

O Secretário Permanente do governo de Manica, António Mapule, disse em entrevista ao Canal de Moçambique que até agora ainda não existe uma droga na região para combater esta mosca. "Não há uma previsão de quando pode ser levantada a interdição à venda de fruta da região. A qualidade da fruta é questionada e agora foi a África do Sul e Zâmbia a interditar a entrada. Procuramos novas alternativas onde vender a fruta. Já temos a Ásia como mercado preferencial", disse António

Mapule sem indicar como é que o produto vai chegar à Ásia.

"Ainda não encontraram solução para vencer a mosca da fruta que afecta a província de Manica. A mosca impede que a fruta produzida seja comercializada em outras regiões e mesmo exportada", disse.

Nos distritos de Sussundenga e Gondola estão a funcionar agremiações que transformam a fruta em sumos e compotas, derivadas da banana, manga, laranja, tangerina e goiaba como forma de aproveitar aquilo que é rejeitado no exterior.

Interdição também para sul do país

Por sua vez, o Ministério da Agricultura (MINAG) interditiou o movimento de fruta como manga, banana, lichias e outras) de Manica para o sul do país e alguns países da região tidos como seus principais mercados regionais. Esta situação levou a uma redução da produção e a uma quebra de receitas na província.

Os produtores de frutas de Manica chegaram a acusar o governo de estar a negligenciar



África do Sul e Zâmbia interditam entrada de fruta moçambicana

o processo de levantamento da interdição de exportações, situação que afectava a produtividade e a economia, pois toneladas de fruta perdem-se por falta de mercado. O problema da interdição da comercialização dos vegetais é um desafio para o governo. Além da 'mosca da fruta', há preocupação com a pecuária,

os coqueiros e o caju. Precisa-se atacar doenças que limitam a produção e comercialização. As regiões de Dombe (Sussundenga), Macate (Gôndola) e Vanduzi (distrito de Manica), fortes na produção de frutas, na província de Manica, foram postas em quarentena e estão sob rigorosa vigilância do Ministério da Agricultura.

Depois da interdição, grande quantidade de banana de Manica apodreceu em camiões junto do rio Save, que divide o centro e sul do país. De seguida, o Zimbabwe proibiu a entrada da fruta moçambicana, impedindo a passagem de quatro camiões que levavam banana a Nampula para abastecer aquele mercado. (Canal de Moçambique)

Eleições intercalares em Quelimane, Cuamba e Pemba

CNE diz que ainda não recebeu nenhuma candidatura

Apenas dois partidos se inscreveram: o MDM e o PAHUMO. Nenhum candidato o fez oficialmente, disse João Leopoldo da Costa ao Canal de Moçambique

Bernardo Álvaro

O presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE) diz não ter recebido até agora nenhuma candidatura para as presidenciais das três autarquias, nomeadamente a de Quelimane, capital da província

da Zambézia, Pemba, capital de Cabo Delgado, e Cuamba, o segundo principal centro urbano da província do Niassa, todas no centro e norte do País.

Segundo Leopoldo da Costa, o que aconteceu até agora foi apenas a inscrição na CNE de dois partidos interessados

em concorrer, nomeadamente o MDM e o PAHUMO. Manuel de Araújo, proposto por MDM, partido liderado por Daviz Simango, edil da Beira, começou já com o processo de recolha de assinaturas para a sua candidatura, estando já a reunir-se com jovens da

cidade de Quelimane. O presidente da CNE referiu, por outro lado, que em Novembro próximo vai ter lugar a actualização do recenseamento eleitoral, nas três autarquias onde se realizarão eleições intercalares.

O recenseamento, segundo o presidente da CNE,

vai ter a duração de 15 dias, segundo a previsão no calendário já publicado.

A campanha eleitoral vai durar 15 dias e terminará dois dias antes das eleições de 07 de Dezembro, ou seja, a 5 de Dezembro de 2011. (Canal de Moçambique)